

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE COOPERADOS E SUAS
COOPERATIVAS NO MUNICÍPIO DE SANANDUVA – RS**

Elisandro Carlos Paiz

Titulação: Administrador – UERGS – Unidade em Sananduva
Avenida Pioneiro Fiorentino Bacchi 311, centro, Sananduva, RS. Cep. 99840-000
E-mail: elizandro-paiz@uergs.edu.br

Ernane Ervino Pfuller

Titulação: Eng. Agrônomo e Educador Físico – UFSM, Mestre em Agronomia – UFSM e doutorando em Agronomia pela Universidade de Passo Fundo – UPF.
Identificação profissional: Prof. da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs.
Avenida Pioneiro Fiorentino Bacchi 311, centro, Sananduva, RS. Cep. 99840-000
E-mail: pfuller.ernane@gmail.com

RESUMO: Este estudo procura demonstrar a importância do cooperativismo e qual a sua contribuição nas relações sociais dos cooperados com sua empresa no município de Sananduva - RS. O cooperativismo há muitos anos, vem se tornando uma alternativa bastante viável para o desenvolvimento social e econômico de pessoas e grupos. Além de o cooperativismo ser apontado como um importante instrumento no campo econômico, para o processo de desenvolvimento, ele também ocupa um importante papel enquanto espaço de desenvolvimento de relações sociais baseadas na ética e em valores cooperativos. Para um melhor entendimento, o trabalho apresenta-se inicialmente com uma contextualização do cooperativismo e sua trajetória histórica. Enfatizam-se três segmentos do cooperativismo e o relacionamento cooperativa versus cooperado, buscando desvelar qual o grau de importância, e até que ponto as cooperativas estão cumprindo com seu papel com os mesmos. Para tanto, realizou-se estudo exploratório, com coleta de dados com cooperados de três cooperativas do município de Sananduva, que atuam em três segmentos distintos da atividade humana. Concluiu-se que são muitos os benefícios proporcionados pelo sistema cooperativista, sendo estes influenciados pela gestão de cada empresa cooperativa.

Palavras-chave: Cooperação. Cooperativismo. Relação social.

ABSTRACT: This study wants to show the importance of the cooperative system, and what are its contributions for the cooperators social relations with their enterprising in the Sananduva municipality, RS. The cooperative system has, for many years, become a very viable alternative for the social and economic development of people and groups. Besides cooperative system is pointed out as an significant tool in the economic matter, for the development process, it also holds an important role in the development of social relationships based on ethic and cooperative values. For a better understanding, the work is initially presented with a contextualization of the cooperative system and its historical trajectory. Three segments of cooperative system are emphasized and the relation cooperative society and cooperators, seeking reveal what degree of importance, and to what extent the cooperatives are complying with their role with them. To that end, was held exploratory study, with data collecting with cooperators from thee different cooperative societies from Sananduva municipality, working it three distinct areas of human activity. It was concluded that there are many benefits provided by the cooperative system which are influenced by the management of each cooperative society.

Key-words: Cooperate, cooperative system, Social relationship.

1 INTRODUÇÃO

A cultura da cooperação é uma forma de filosofia baseada em conceitos e valores humanísticos que buscam solidariedade e ajuda mútua, substituindo o individualismo pela ação coletiva. Essa filosofia compõe uma doutrina que se espalha pelo mundo sem nenhuma

fronteira, ideologia ou posição partidária. A história do Cooperativismo começou quando 28 tecelões da cidade de Rochdale, na Inglaterra, em 1844, reuniram-se com o objetivo de vencer as dificuldades ocasionadas pela Revolução Industrial e, convencidos que a união dos esforços e objetivos afins era o melhor caminho para o sucesso na realização dos projetos, criaram a primeira Cooperativa da qual se tem conhecimento. A partir daí, surgia um novo modo de organização sócio-produtiva: o cooperativismo (COOPERPLAN, 2007).

Cooperativas são empreendimentos econômicos formados pela associação voluntária de pessoas, visando o apoio mútuo de suas atividades. Trata-se de organizações administradas e controladas democraticamente pelos próprios associados, que aceitam assumir, de forma igualitária, os riscos e os benefícios do empreendimento. As cooperativas são, a um só tempo, associações de pessoas e empresas econômicas, cujo objetivo, é a satisfação das necessidades de seus sócios cooperados e a promoção da cultura da cidadania. Atualmente existem mais de 800 milhões de pessoas que participam de várias formas de cooperativismo em todos os continentes e em todos os países.

Mas a nossa sociedade está ciente da importância do cooperativismo? As diferentes cooperativas do município de Sananduva estão cumprindo com os princípios cooperativos? Para isso, nada mais importante do que resgatar e trazer à luz do conhecimento, os benefícios que estão sendo realizados por esse meio desta organização social, e se estes atendem os interesses de seus associados.

Desta forma, a partir de uma análise em diferentes cooperativas, este trabalho tem por objetivo avaliar qual o grau de importância das ações desenvolvidas pelas mesmas para com os seus cooperados e assim caracterizar e descrever a importância do cooperativismo em seus diferentes setores de atuação em relação ao atendimento de seus associados, a partir de uma análise em empresas cooperativas no município de Sananduva – RS, avaliando a relação cooperativa/cooperado nestas organizações.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Guimarães e Araújo (1999), o primeiro ramo cooperativista a surgir no Brasil foi o de produção cooperativa, no ano de 1847, no Paraná. Posteriormente, no ano de 1887, surge no ramo de consumo, a cooperativa dos empregados da Cia. Paulista, em Campinas, São Paulo. Em 1902, o ramo de crédito teve sua primeira cooperativa, no Rio Grande do Sul, a Caixa Rural de Nova Petrópolis. O cooperativismo agropecuário surge em 1907, em vários setores, como café, arroz, milho e outros cultivos. Já as cooperativas de trabalho, somente

aparecem em 1938, em São Paulo. Em 1941, é a vez das cooperativas de eletrificações rurais, no Rio Grande do Sul.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2014) define o cooperativismo como “uma união autônoma de pessoas, que se unificam a partir de sua livre vontade para atuar conjuntamente, no sentido de atender as suas necessidades no campo econômico, social e cultural, através da organização de um empreendimento que pertence ao coletivo, que por sua vez é por ele dirigido de forma democrática”.

A Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS, 2001) descreve Cooperativa como uma organização, de pelo menos vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades.

Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da produção de bens e serviços com qualidade, e da confiabilidade transmitida aos seus próprios associados e clientes.

O cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas dimensões econômica, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que aparece historicamente junto ao capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender as necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, além do que, propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo (CULTI, 2002).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2014) definiu que “Cooperativa” é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades comuns, através de um empreendimento coletivo, gerido democraticamente por membros comprometidos e conscientes de seus direitos e deveres.

Existem sete princípios que dentro das cooperativas tornam-se fundamentais para a manutenção do ambiente de cooperação. Segundo a OCB (2006), eles são definidos da seguinte forma: Adesão livre e voluntária, Controle democrático pelos sócios, Participação econômica dos sócios, Autonomia e Independência, Educação, treinamento, informações, Cooperação entre cooperativas, Preocupação com a comunidade.

O associado é a pessoa mais importante do Sistema Cooperativista. A estrutura representativa (cooperativas, OCE's, OCB) só se justifica em função da sua existência. De acordo com a Lei 5.764, vinte pessoas ou mais podem constituir uma cooperativa singular, considerada de primeiro grau, em qualquer segmento. Nela, cada associado pode votar e ser

votado, tendo direito a um voto, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (ACI, 2014).

Para Vieitez (1997), a empresa autogerida é uma empresa vocacionada à expansão e a fins lucrativos. Portanto deve conciliar objetivo de uma empresa e os aspectos específicos da autogestão, visando cada membro, proporcionando crescimento intelectual, moral e financeiro. Num ambiente de confiança sem temer situações em que tenha que expor suas opiniões.

A estrutura organizacional é o molde legal que define como se darão as relações entre os cooperadores bem como as relações institucionais da cooperativa com os diversos atores da sociedade: outras cooperativas, empresas privadas, poder público, instituições públicas etc.

No Brasil é a lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que rege o cooperativismo. Essa lei diz o que são as cooperativas, como devem ser formadas e liquidadas, a quem servem e como devem ser estruturadas (OCB, 2007).

Segundo vários autores, são deveres dos cooperantes:

- Respeitar as decisões votadas nas assembléias gerais, que representam a vontade da maioria;
- Pagar o compromisso da cota de capital fixada para criar ou ingressar na cooperativa;
- Zelar pelo interesse comum e autonomia da sociedade;
- Colaborar no planejamento, funcionamento, avaliação e fiscalização das atividades;
- Debater idéia e decidir pelo voto os objetivos de interesse.
- Denunciar, sempre, os procedimentos indevidos;
- Pagar sua parte, caso ocorram prejuízos financeiros;
- Estimular a integração da cooperativa com o movimento cooperativista;
- Buscar capacitação profissional para o desempenho de suas atividades.

São direitos dos cooperantes:

- Frequentar as assembléias gerais, decidindo pelo voto os assuntos de interesse da sociedade;
- Votar e ser votado para os cargos administrativos, fiscais e outras funções;
- Participar das atividades econômicas, sociais e educativas;
- Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa;
- Receber retorno proporcional das sobras de capital;
- Examinar os livros e documentos da empresa e solicitar esclarecimentos aos dirigentes, conselheiros e funcionários;

- Convocar assembléias extraordinárias, caso se faça necessário, conforme estabelecido no estatuto;
- Obter, antes da realização da assembléia geral, balanços financeiros, demonstrativos e relatórios;
- Retirar seu capital ao sair da sociedade, de acordo com estabelecimento no estatuto.

Quanto às cooperativas agropecuárias, as primeiras foram organizadas a partir de 1907, em Minas Gerais. João Pinheiro, Governador do Estado, lançou seu projeto cooperativista com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros. O café era o carro-chefe das suas preocupações e criou-se uma seção exclusiva para ao produto, concedendo-lhe isenções fiscais e estímulos materiais (ACI, 2014).

As cooperativas agropecuárias também foram surgindo no Sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, conhecedoras do sistema cooperativista europeu (ACI, 2014).

Atualmente o cooperativismo agropecuário já se estendeu a todo território nacional. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando significativamente nas exportações, o que engorda a balança comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta um enorme leque de serviços, desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro (ACI, 2014).

Um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo no passado, brutalmente esfacelado desde meados dos anos 60 e durante toda a década de 70, o cooperativismo de crédito busca novamente ocupar seu espaço, apesar de todas as dificuldades que lhe são impostas.

Tudo começou em 1902, no Rio Grande do Sul, sob a inspiração do Padre Jesuíta Theodor Amstadt que, conhecedor da experiência alemã do modelo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), para aqui a transplantou, com enorme sucesso (ACI, 2014).

Esse modelo aplicava-se, preferencialmente, junto a pequenas comunidades rurais ou pequenas vilas. Fundamentava-se na honestidade de seus cooperados e atuava basicamente junto aos pequenos produtores rurais. Não dava importância ao capital dos cooperados. Toda movimentação financeira era feita através de depósitos, que recebiam uma pequena remuneração. Admitia que qualquer pessoa nele depositasse suas economias. Com as sobras

eventualmente apuradas, criava reservas para enfrentar, com mais segurança, momentos de incerteza.

Esse segmento do cooperativismo conseguiu um grande desenvolvimento no Rio Grande do Sul, desde sua implantação, chegando, inclusive, a dispor de uma cooperativa central com mais cinquenta cooperativas singulares a ela filiadas.

No final dos anos 20 deste século, um segundo modelo de cooperativa de crédito também por aqui aportava. Ainda pelas mãos da Igreja Católica, e desta vez por leigos que, participando de um Congresso Mariano em Roma, conheceram o modelo desenvolvido pelo italiano Luigi Luzzati (ACI, 2014).

Diferenciava-se do modelo alemão pelo fato de exigir um pequeno capital quando da admissão de qualquer cooperado e ter como público preferencial os assalariados, os artesãos e os pequenos empresários, comerciantes ou industriais. Mais adequado para as condições brasileiras do que o modelo alemão, o chamado cooperativismo de crédito popular por aqui se desenvolveu com uma velocidade espantosa. Entre as décadas de 30 e meados da década de 50, calcula-se que foram criadas cerca de 1.200 cooperativas desse modelo e alcançaram um bom estágio de desenvolvimento. Seu único grande pecado foi não ter buscado a verticalização e não ter criado um antídoto para uns poucos aventureiros que, particularmente nos grandes centros, buscaram tirar proveito em benefício próprio (ACI, 2014).

Um terceiro e último modelo desse segmento aportou por aqui no finalzinho dos anos 50. Ainda trazido por influência católica. Contruída com base no solidarismo que o chamado modelo Desjardiano, criado pelo canadense Alphonse Desjardins (1854-1920), aqui teve condições de fixar raízes, pois naquela fase da vida brasileira o cooperativismo de crédito já não dispunha de uma vida tranquila (ACI, 2014).

Um pulo sobre o setembro negro do cooperativismo de crédito brasileiro, que compreende a segunda metade dos anos 60 até o início dos anos 90, testemunha a busca de recriação das cooperativas de crédito rural. Analisada a experiência do passado, e ciente de que o meio rural não teria condições de arcar com as altas taxas de juros que são cobradas pelas instituições bancárias, teve início um processo de objetivos muito bem definidos, na tentativa de criar um verdadeiro Sistema de Crédito Rural cooperativo no país. Esse projeto começou a ser deslanchado no ano de 1981 e teve muito boa aceitação no Rio Grande do Sul (ACI, 2014).

Os Estados do Paraná e de Santa Catarina começaram a desenvolver esse segmento em 1984. Os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul,

Mato Grosso e Goiás só dois anos depois começaram a implantar cooperativas de crédito rural (ACI, 2014)

Após o processo reflexivo de análise do seu comportamento no passado, o cooperativismo de crédito rural renasceu em bases seguras e com uma proposta firme que o possibilita identificar, ainda no nascedouro, qualquer desvio que possa prejudicá-lo no seu desenvolvimento.

Esse fato tem permitido, ao longo da década e, apesar dos percalços vividos pela economia brasileira no mesmo período, um nível de desenvolvimento sem precedentes, apesar da enorme dificuldade que tem encontrado. Dificuldade essa que pode ser traduzida pela negação que lhe é dada em obter os mesmos instrumentos que são oferecidos ao sistema financeiro concorrente.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do trabalho, foram utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica para realizar uma investigação sobre o assunto, e coleta de dados através da aplicação de questionários aos cooperados das três cooperativas analisadas, sendo que a pesquisa teve caráter exploratório e descritivo.

O estudo foi realizado em três cooperativas:

- Cooperativa A, (ramo agropecuário);
- Cooperativa B, (ramo de crédito);
- Cooperativa C, (ramo de produção).

A amostragem foi não probabilística e aleatória, entrevistando-se um número de 60 associados, sendo 20 entrevistados da cooperativa A, 20 na cooperativa B e 20 na cooperativa C, no período de 08 de Novembro de 2007 a 13 de Novembro de 2007.

A coleta de dados ocorreu através da aplicação de questionários com questões fechadas diretamente aos cooperados, abordando os seguintes assuntos:

- a) Participação do associado na cooperativa, em assembléias e na tomada de decisões;
- b) Relacionamento do cooperado com a cooperativa;
- c) Conhecimento do cooperado sobre a prática cooperativa;
- d) Nível de satisfação dos cooperados com a sua empresa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na cooperativa A (ramo agropecuário), 50% dos entrevistados consideram essencial a existência de cooperativas em nossa sociedade, 30% considera importante e para 20% não muda em nada. Na cooperativa B (ramo de crédito), 85% afirmaram que é essencial e 15% acham importante. Já na cooperativa C (ramo de produção), 75% dos entrevistados consideram essencial e para 25% é importante a existência de cooperativas em nosso meio. Em média, a grande maioria dos associados considera essencial a existência de cooperativas em nossa sociedade.

Em relação ao atendimento dos princípios cooperativos pela empresa, na cooperativa A 10% dos entrevistados responderam que a sua cooperativa segue todos esses princípios, 80% disseram que seguem alguns e para 10% os objetivos em que está fundamentada são esquecidos. Na cooperativa B 75% consideram que todos os princípios são seguidos, e apenas 25% responderam que somente alguns. Já para os associados da cooperativa C, 40% responderam que todos os princípios são seguidos, e 60% consideram que somente alguns são implementados. Percebe-se que nas cooperativas A e C a maioria dos entrevistados afirmam que somente alguns princípios são cumpridos.

Abordando a questão de divisão das sobras entre os sócios, na cooperativa A, 15% apontaram que as sobras sempre são divididas, 20% responderam que somente às vezes e, na opinião de 65% as sobras nunca são divididas. Na cooperativa B, 85% dos entrevistados apontam que as sobras sempre são divididas e apenas 15% responderam que somente às vezes. Já na cooperativa C, 60% afirmaram que sempre ocorre a divisão das sobras, na opinião de 20% somente às vezes, e para os 20% restantes nunca ocorre.

Quando se trata da divisão das sobras em uma cooperativa, é importante se levar em conta a situação econômica da cooperativa, há algumas, endividadas ou em fase de expansão, reinvestem suas sobras beneficiando não somente a cooperativa mas também seus associados.

No que diz respeito a motivação para continuar cooperando, se caso a cooperativa continuar agindo da mesma forma. Na cooperativa A, 10% disseram que sempre vão cooperar, 70% afirmaram que somente as vezes, e 20% não se sentem motivados a cooperar.

Para a cooperativa B, 95% sempre se sentem motivados e somente 5% ficam motivados algumas vezes. Já para a cooperativa C, 80% sempre estão motivados e 20% somente às vezes.

Com relação à participação do associado em assembleias e na tomada de decisões, na cooperativa A, 10% sempre participa, 70% somente as vezes e 20% nunca participa. Na cooperativa B, 75% participa sempre, 25% somente as vezes. E para a cooperativa C, 50%

sempre participam e os outros 50% participam algumas vezes. Efeitos econômicos, como por exemplo, a participação econômica e a divisão igualitária dos rendimentos provenientes da cooperação, influenciam nos demais procedimentos, principalmente na construção de um processo democrático. Processo este, que auxilia não somente a empresa cooperativa na sua tomada de decisões, mas também na construção de um modelo que possa ser aplicado a outras vivências do indivíduo na sociedade.

Quanto aos benefícios que a cooperativa proporciona. Na cooperativa A, 10% responderam que sempre são beneficiados, 70% afirmaram que somente às vezes e 20% consideram que nunca são beneficiados pela sua empresa cooperativa. Para a cooperativa B, 75% afirmaram que sempre são beneficiados e 25% somente às vezes. Já para a cooperativa C, 60% são beneficiados sempre e 40% somente algumas vezes.

A questão de ser ou não beneficiado pela cooperativa é muito complexa, sendo preciso analisar, pelo menos, duas situações. Primeiro, pode ser que realmente a cooperativa tenha outros interesses que visem o benefício de alguns ou somente da empresa cooperativa. Em segundo lugar, é preciso analisar se o perfil do associado realmente se encaixa no contexto da cooperativa, pois, por exemplo, não adianta ser sócio de uma cooperativa de crédito se na hora de fazer investimentos este acionar outras instituições (bancos, por exemplo).

Quanto ao cumprimento dos deveres que uma cooperativa tem, na cooperativa A, 20% responderam que os deveres sempre são cumpridos, 80% afirmam que somente algumas vezes. Na cooperativa B, os deveres são cumpridos sempre na opinião de 75% dos entrevistados, enquanto que somente 25% acha que somente às vezes. E, para a cooperativa C, 70% afirma que os deveres são cumpridos sempre, e 30% responderam que somente as vezes.

É sabido que nem todos os deveres são cumpridos por parte das cooperativas, pois em algumas situações isso se torna difícil, onde os próprios cooperados acabam contribuindo para que isso aconteça. O problema muitas vezes não é causado pela cooperativa, mas sim pelos seus cooperados, por falta de interesse ou até mesmo por acomodação.

Quanto à preocupação que a cooperativa tem com a saúde econômica e o bem estar do associado, na cooperativa A, 20% acham que existe sempre esta preocupação, 30% diz que somente as vezes e, para 50% dos entrevistados essa preocupação por parte da cooperativa não existe. Na opinião dos associados da cooperativa B, 60% dos entrevistados acham que sua cooperativa se preocupa sempre com essa questão, e 40% percebe que somente em algumas

vezes. Já para a cooperativa C, metade dos associados percebe esta preocupação sempre, e, a outra metade, somente às vezes.

Preocupar-se com o associado é um dos principais objetivos de uma cooperativa. Quando isso não acontece, é por que algo está errado. Talvez a cooperativa realmente esteja com dificuldades, ou está se escondendo atrás do nome para obter maiores lucros.

Quando questionados se a cooperativa lhes mantém bem informados sobre as mudanças que ocorrem na mesma, na cooperativa A, 25% dos associados responderam que sempre são informados, 45% somente algumas vezes e, 30% nunca ficam sabendo de nada. Para a cooperativa B, 75% recebem as informações sempre e, 25% somente às vezes. Já para a cooperativa C, 60% recebem todas as informações, 30% somente às vezes e, para 10% as informações nunca são repassadas.

A transparência de uma cooperativa se relaciona diretamente com a participação e comprometimento dos sócios. A partir do momento que criam hierarquias a partir de seus diferentes escalões de direção e gerência, cria-se um distanciamento e uma desmotivação por parte dos cooperados. A falta de transparência aproxima muito uma cooperativa a uma empresa capitalista, podendo ser fator determinante para o comprometimento do associado.

Quando questionados sobre o atendimento da cooperativa, para os associados da cooperativa A, 40% sempre são bem atendidos e 60% afirmam que somente as vezes. Para os cooperados da cooperativa B, 95% estão satisfeitos com o atendimento e somente 5% afirmam que algumas vezes são bem atendidos. E, para a cooperativa C, metade dos entrevistados responderam que sempre são bem atendidos e, a para a outra metade somente algumas vezes.

Se tratando de uma empresa cooperativa, é obrigação da mesma atender melhor. Atender melhor no sentido de buscar as melhores alternativas possíveis para que o associado seja beneficiado, sentindo-se parte integrante da organização.

Na questão da integração cooperativa/cooperado, na cooperativa A, 25% dos entrevistados se sentem integrados, 45% somente as vezes e, 30% não se sentem integrados.

Para a cooperativa B, 90% dos associados se sentem integrados e, 10% acham que somente às vezes. Já para a cooperativa C, 60% sempre se sentem integrados e, 40% somente às vezes pois a cooperativa deixa de repassar as informações sobre o que está acontecendo com a mesma,

5 CONCLUSÃO

Constatou-se que o maior problema está concentrado na cooperativa A (ramo agropecuário), onde parece que o foco principal é o fortalecimento da cooperativa e não do associado. Isso, provavelmente, está gerando insegurança e uma certa falta de credibilidade por parte dos cooperados. No entanto, há na cooperativa A muitos pontos positivos que, com certeza, auxiliam seus associados.

Nas cooperativas B e C, a tendência é que ocorra um fortalecimento tanto da empresa cooperativa quanto do associado. Percebe-se, que nestas cooperativas, existe uma interação que motiva e repassa muita segurança aos associados.

É importante ressaltar que, a relação cooperativa/cooperado, não depende somente da cooperativa ou somente do associado. É necessário que haja uma constante interação, entre ambas as partes, com comprometimento e transparência.

Para finalizar, pode-se dizer que são muitos os efeitos positivos diretos e indiretos atribuídos ao cooperativismo. Tanto no campo econômico, como principalmente no campo social, o cooperativismo pode contribuir na formação de novas lideranças e novas relações democráticas.

6 REFERENCIAS

ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. International Cooperative Alliance. Disponível em <<http://www.ica.coop>>. Acesso em 12 de abril de 2014.

COOPERPLAN - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO PLANALTO SERRANO.

História do Cooperativismo. Disponível em: <<http://www.coperplan.com.br>>. Acesso em 5 de março de 2014.

CULTI, Maria Nezilda. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. In **Congresso Europeu de Latinoamericanistas: Amesterdan** – Holanda, 2002.

GUIMARÃES, Mário Krue; ARAÚJO, Adilson Tadeu de. **Ensino Básico de Cooperativismo à Distância.** Brasília: Confebras, 1999.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O que você precisa saber sobre o cooperativismo.** Brasília: 2006.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Identidade do Cooperativismo.** Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/ocb>. Acesso em 5 de março de 2014.

OCERGS. **Cooperativismo: orientações básicas.** Porto Alegre: Sescop-RS, 2001.

VIEITEZ, Giraldez Cândido. **A Empresa sem patrão.** Marília: Unesp, 1997.